

## **Ascensão do conservadorismo no Brasil e os impactos nas políticas sociais para as mulheres**

**Mariana Barbosa Silva<sup>1</sup>**

**Bruna Ferraz Raposo<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo realiza uma análise exploratória entre a ascensão do conservadorismo no Brasil no século XXI e seus impactos nas políticas sociais voltadas para as mulheres. A pesquisa utiliza dados do World Values Survey (WVS), das ondas de 2006, 2014 e 2018, para analisar a evolução dos valores conservadores na sociedade brasileira. Além disso, discute-se a relação entre o avanço do neoliberalismo, o enfraquecimento dos direitos sociais e o consequente impacto na equidade de gênero. O objetivo é o de contribuir para o debate sobre a interseção entre conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais, ressaltando a importância da proteção e ampliação dos direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Neoliberalismo. Políticas sociais. World Values Survey. Brasil.

**Abstract:** This article conducts an exploratory analysis of the rise of conservatism in Brazil in the 21st century and its impacts on social policies aimed at women. The research utilizes data from the World Values Survey (WVS), specifically from the 2006, 2014, and 2018 waves, to examine the evolution of conservative values in Brazilian society. Additionally, it discusses the relationship between the advancement of neoliberalism, the weakening of social rights, and the consequent impact on gender equity. The objective is to contribute to the debate on the intersection of conservatism, neoliberalism, and social policies, emphasizing the importance of protecting and expanding women's rights.

**Keywords:** Conservatism. Neoliberalism. Social policies. World Values Survey. Brazil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU). Contato: mariana.barbosa@ufu.br.

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF) e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep/UFF). Contato: frbruna@hotmail.com.

## Introdução

Vivemos em uma sociedade capitalista profundamente marcada pelo patriarcado, um sistema de dominação masculina que permeia todas as esferas da vida social, política e econômica. O patriarcado organiza as relações de poder entre os gêneros de forma desigual, com os homens detendo a maior parte da autoridade e os privilégios sociais, enquanto as mulheres enfrentam diversas formas de exclusão, violência e discriminação (Walby, 1989; Butler, 1990; Connell, 2020).

Na economia, as relações de gênero têm um papel central na manutenção do capitalismo. Embora esse papel tenha mudado ao longo do tempo, o trabalho do cuidado continua sendo a principal função que define o espaço social e econômico que a mulher pode ocupar. Não é por acaso que a maioria das professoras de ensino básico e fundamental, enfermeiras e empregadas domésticas são mulheres, enquanto nas Ciências Econômicas, por exemplo, apenas 1/4 das profissionais são mulheres (Périvier, 2023).

A questão de gênero tem ganhado visibilidade nas últimas décadas, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, das ondas feministas na década de 1970 nos países centrais, e, mais recentemente, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Todos esses movimentos internacionais reconhecem as desigualdades de gênero na nossa sociedade e indicam que, para alcançarmos o bem-estar social, precisamos combater tais discriminações. Nossa análise busca explorar essa relação, sem perder de vista que o trabalho doméstico desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho, essencial para o sistema capitalista, que é intrinsecamente reprodutor de desigualdades.

Quando se trata da luta por direitos iguais entre homens e mulheres no Brasil, a Constituição de 1988 é um marco fundamental, especialmente por seu texto que trouxe a universalidade dos direitos e a garantia da seguridade social. A universalidade dos direitos significa que todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, raça ou gênero, têm direito aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança, entre outros. A seguridade social, por sua vez, garante uma rede de proteção contra situações de vulnerabilidade, como doenças, velhice e desemprego, assegurando que todos tenham um mínimo de dignidade (Fagnani, 2017).

Nesse sentido, caminhamos na direção de um aparato estatal que buscou transpor para a sociedade o trabalho do cuidado tradicionalmente designado às mulheres. No entanto, este ponto, entre outros, evidencia as contradições entre a promulgação de uma *constituição*

*cidadã* e a instauração do neoliberalismo como modelo de desenvolvimento na periferia do capitalismo. Entre avanços e retrocessos, destacaremos que políticas e aparelhos públicos, especificamente voltados ao combate à desigualdade de gênero, avançam de forma mais substantiva apenas nos anos 2000, devido ao espaço que as pautas sociais ganharam nessa conjuntura de um ciclo econômico mais favorável, associado aos governos petistas.

E, em contraponto, buscaremos mostrar como as políticas sociais, que se adequam ao neoliberalismo, são vulneráveis aos ciclos econômicos e políticos. Nesse sentido, com o agravamento da crise econômica, ganhou espaço no Brasil uma agenda antifeminista e conservadora, liderada pela eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e de deputados e senadores alinhados a esse discurso.

Junto a isso, a pandemia do Covid-19 intensificou tais processos, criando uma emergência humanitária no país com o aumento do desemprego, da fome, da sobrecarga do sistema de saúde. Tudo isso configurou um cenário em que o trabalho do cuidado retornou ao âmbito familiar e, conseqüentemente, às mulheres. Além disso, o confinamento propiciou o aumento de casos de violência contra mulher.

Portanto, o presente artigo visa investigar o avanço do conservadorismo no Brasil no século XXI, que pode ter influenciado na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, e o retrocesso das políticas sociais, em especial aquelas que envolvem o trabalho não remunerado da mulher.

Para isso, será utilizado a base de dados *World Values Survey* (WVS), em que é realizado um questionário dedicado ao estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais das pessoas ao redor do mundo. O presente trabalho irá explorar os dados de 2006, 2014 e 2018 na intenção de avaliar o crescimento do conservadorismo. Nesse contexto, abordaremos neste trabalho a relação entre o recuo dos direitos sociais, associados ao avanço do neoliberalismo, acompanhado de um discurso conservador em ascensão no Brasil.

## **1 Direitos sociais no Brasil e políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero**

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer os princípios da igualdade e da universalidade do acesso aos direitos sociais, transfere parte dos deveres do cuidado, antes exclusivos das mulheres, para o Estado. O direito ao apoio médico gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, implica a responsabilidade pelo cuidado com os enfermos, um papel tradicionalmente associado ao trabalho feminino. Da mesma forma, o

direito à educação, desde a creche até o ensino superior, assegura que o Estado também seja responsável pela educação das crianças, tarefa historicamente desempenhada pelas mulheres.

Além disso, o artigo 23º da Constituição Federal prevê que toda pessoa tem direito ao trabalho livre, justo e remunerado, o que possibilita a emancipação financeira das mulheres, oferecendo-lhes a chance de alcançar autonomia e independência econômica. E, em seu artigo 5º, a lei prevê que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988).

Apesar da Constituição de 1988 ser uma conquista histórica e profundamente significativa, sua efetiva implementação depende das políticas públicas que irão executar esses direitos. Vindo de uma sociedade com um histórico de escravidão, recém-saída de uma ditadura civil-militar de 21 anos e ainda lidando com uma situação econômica difícil, marcada por inflação inercial, o país enfrentava imensos desafios no período em que a Constituição foi promulgada.

O que a história nos conta é que a Constituição Federal de 1988 foi uma vitória social na contramão das ideologias econômicas da época. Para a concretização de políticas tão abrangentes e universais, seriam necessários altos investimentos do governo e uma vontade política decisiva. Todavia, o Consenso de Washington, que marcou a década de 1990 (Williansom, 1990), sinalizou que o país se orientava na direção contrária, impondo, na renegociação da dívida externa, uma série de medidas econômicas que dificultariam a implementação plena dessas políticas. Assim, a proteção social passou a viver as tensões entre dois paradigmas antagônicos: o Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo e o Estado social defendido pelas políticas públicas voltadas para a igualdade e o bem-estar social.

No que tange ao combate às desigualdades de gênero, o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres foi instituído pela Lei nº 7.353/1985 e regulamentado pelo Decreto nº 6.412/2008, que entre outros objetivos, tinha o de apoiar os conselhos estaduais e municipais. No mesmo ano foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e no ano seguinte, 1986, ocorreu a criação da primeira Casa-Abrigo, para mulheres em situação de violência.

A pauta da promoção da igualdade de gênero só voltou a ganhar espaço na política institucional brasileira nos anos 2000. Quando falamos das políticas sociais para as mulheres no Brasil, a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), em 2004, representa um avanço concreto para um país mais igualitário na questão de gênero. A Conferência foi fruto da pressão dos movimentos feministas e sociais, já que, até aquele momento, o Estado brasileiro ainda não havia desenvolvido mais políticas voltadas para a promoção da igualdade

de gênero. Até então as políticas públicas eram focadas no combate à fome e à pobreza, principalmente, por meio de programas de transferência de renda.

Ao todo, foram quatro CNPM: duas durante os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2004 e 2007, e duas durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011 e 2016, das quais participaram mulheres de todos os estados do país, entidades governamentais e da sociedade civil. Como resultado dessas conferências, foram desenvolvidos dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). Em 18 de janeiro de 2021, durante a pandemia do Covid-19, o governo de Jair Bolsonaro convocou a V CNPM, mas, devido ao cenário sanitário, foi cancelada (Pacheco e Dias, 2023).

O primeiro PNPM teve como diretrizes: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; participação e controle social (Brasil, 2004). O segundo PNPM reforçou tais princípios. No todo, o II Plano consta de 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 áreas de atuação (Brasil, 2007).

Os planos estabeleceram as diretrizes, mas sua execução é descentralizada. Isso significa que, embora o governo federal incentive e promova as políticas, sua implementação fica a cargo dos governos estaduais e municipais. Um exemplo significativo desse modelo são os conselhos sociais, criados com o objetivo de incorporar os movimentos sociais e a sociedade civil no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Logo, a partir do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres indica-se a criação de conselhos estaduais e municipais.

Dentre outras conquistas resultados dos dois PNPM citados, destacamos o avanço na instalação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres; criação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), o Serviço Especializado de Atendimento em Saúde da Mulher, a Rede de Enfretamento e Atendimento Especializado às Mulheres e Meninas em Situação de Violência (Rede Lilás), a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres, a Lei Maria da Penha, e o projeto Mulheres da Paz.

O contexto das primeiras CNPM ocorreu na ascensão de governos progressistas na América Latina, sendo no Brasil representado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa conjuntura foi marcada por um ciclo econômico mundial ascendente, impulsionado, em parte, pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que contribuiu para aumento da demanda e do preço das *commodities*. Os governos progressistas ficaram conhecidos por associar uma melhora na balança de pagamentos com aumentos nos gastos sociais.

No entanto, a partir de 2012, há uma reversão no ciclo macroeconômico. A desaceleração da economia global, agravada pela queda dos preços das *commodities*, afetou a balança comercial do Brasil, que sustentava o crescimento do país desde os anos 2000. Em consequência, a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) começou a subir de forma acelerada, passando de 52% em 2013 para 66,5% em 2015, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), aumentando a pressão sobre as contas públicas. Além disso, a inflação subiu, e o crescimento econômico estagnou, criando um ambiente de incerteza e instabilidade.

Nesse cenário econômico mais incerto, o caminho seguido pelo governo foi o da austeridade fiscal, o que gerou protestos como as Jornadas de Junho, em 2013. Inicialmente, esse era um movimento popular, de jovens e da classe trabalhadora, que reivindicavam o direito ao transporte público, contestando o reajuste de preços de ônibus nas principais capitais brasileiras. Rapidamente, escalou para grandes manifestações que reivindicavam a democratização do espaço urbano, saúde, educação de qualidade, segurança pública e o combate à corrupção.

Todavia, esse movimento ganhou proporções gigantescas e foi assimilado pela grande mídia e setores da classe capitalista. As pautas em torno da justiça social e o enfrentamento das desigualdades que enchiam as ruas passaram a ser disputadas por um discurso *apartidário*, contra a política tradicional e os partidos políticos, pela defesa dos valores conservadores e pelo discurso punitivista contra manifestantes radicais (que ficaram conhecidos como *Black Blocs*). Essa transformação, alimentada pela mídia hegemônica brasileira, culminou no golpe jurídico, parlamentar e midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016 (Hoeveler e Cardoso., 2022).

O golpe de 2016, não só atrapalhou os avanços nas políticas sociais, como também consolidou um ambiente propício à ascensão de um neoconservadorismo e conservadorismo radical no Brasil. A crise econômica, intensificada pela austeridade fiscal imposta pelo governo de Michel Temer (2016-2018), levou à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55 (PEC do Teto dos Gastos Públicos), a qual limitou o crescimento das despesas públicas por 20 anos, restringindo o aumento de gastos sociais e comprometendo a capacidade do Estado em ampliar investimentos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, afetando diretamente os serviços de universalização e, sobrecarregando, especialmente, as mulheres com as tarefas de cuidado que antes poderiam ser compartilhadas com o Estado.

A agenda neoliberal e austeridade fiscal que se intensificou após o golpe, com seus cortes orçamentários e redução da presença do Estado em serviços sociais, abriu espaço para o fortalecimento de um movimento conservador que, além de atacar as políticas progressistas, passou a se alinhar com valores de uma nova direita, marcada pela defesa de um modelo familiar tradicional, antifeminista e profundamente ligado à moral cristã.

Ainda, o neoconservadorismo não é um movimento estrito brasileiro. Birolí et al. (2020) identificaram um padrão de discurso e de ação política não apenas na América Latina, mas, principalmente, nos Estados Unidos e em países do continente europeu sob governos de extrema-direita, como a Hungria. Os autores partem de uma confluência entre os discursos neoliberais e diversos discursos religiosos conservadores cristãos, decorrentes do que identificaram como alianças de ocasião entre setores da economia neoliberal e setores religiosos moralistas, ao que denominaram neoconservadorismo.

Nesse contexto, de crise do crescimento econômico, aumento das desigualdades sociais, aprovação da PEC do Teto dos Gastos Públicos, ataques antifeministas e disseminação de notícias falsas, Jair Bolsonaro foi eleito para presidente da República do Brasil em 2018, com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Kalil, 2020).

As principais propostas do governo de Jair Bolsonaro se baseavam na austeridade fiscal e ampliação das privatizações, flexibilização da posse e porte de armas, redução da maioria penal, defesa da propriedade privada, e na luta contra a corrupção. O governo se apoiava, implicitamente, no esvaziamento das políticas contra as desigualdades de gênero, raça e classe, formas de participação da sociedade civil nos órgãos de justiça e investimento públicos, principalmente em Educação, Ciência e Tecnologia (Kalil, 2020).

Nesse sentido, as principais medidas na administração pública foram a de reestruturar as cadeiras ministeriais, criando “superministerios”. Destaque para três setores: para o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), dirigido por Damares Alves, que representava os valores e interesses conservadores cristãos, tanto pelos evangélicos quanto para o catolicismo integralista; Ministério da Justiça e Segurança Pública dirigido por Sérgio Moro; e o Ministério da Economia, dirigido por Paulo Guedes, que representava os interesses do setor privado ultraliberal (Kalil, 2020).

Considerando especificamente o MMFDH, Damares ganhou espaço ao longo do governo, lançando o Observatório Nacional da Família. A família era objeto essencial para o governo, com a redução dos investimentos em educação, saúde e assistência social, há a transferência da responsabilidade do cuidado dos idosos, doentes e crianças para a família,

em especial para as mulheres. A família se converte em uma alternativa necessária no processo de diminuição da responsabilidade do Estado.

No processo de intensificação da privatização dos serviços públicos, acentua-se a responsabilidade da família em arcar pelo uso dos serviços privados, gerar renda e garantir a atenção aos mais vulneráveis. Assim, nos primeiros 18 meses do governo Bolsonaro, as propostas antigênero foram absorvidas pela afirmação da família. A categoria família tornou-se peça chave capaz de catalisar demandas sociais sensíveis como a segurança, saúde e educação.

Todavia, a noção de proteção familiar e família estão fortemente vinculadas à definição de arranjo familiar que os seguidores de Bolsonaro e os religiosos caracterizam como família tradicional, ou seja, composta por um casal heterossexual, cristão, cisgênero e seus filhos. Tal definição difere com aquela posta nas normas legais brasileiras, que reconhece a família como um relacionamento de afeto íntimo, conceito plural também admitido pela Constituição Federal e consolidado na Lei Maria da Penha, de 2006.

## 2 Conservadorismo no século XXI

Os dados dessa pesquisa são derivados da *World Values Survey* (WVS), que, desde 1981, sistematiza uma pesquisa qualitativa acerca de valores pessoais. O WVS é um programa internacional de pesquisa dedicado ao estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais das pessoas ao redor do mundo. O principal instrumento do projeto é uma pesquisa social comparativa e representativa, realizada em ondas, a cada cinco anos, abrangendo, hoje, cerca de 100 países. No quadro abaixo tem-se as pesquisas já realizadas pelo WVS e a participação do Brasil nas mesmas:

**Tabela 1: Resumo das ondas do *World Values Survey* e a participação brasileira**

Ondas	Período	Número de países entrevistados	O Brasil foi incluído na pesquisa?	Ano da pesquisa no Brasil	Amostra brasileira
<i>WVS Wave 1</i>	1981-1984	11	Não	-	-
<i>WVS Wave 2</i>	1990-1994	21	Sim	1991	1782
<i>WVS Wave 3</i>	1995-1998	56	Sim	1997	1143
<i>WVS Wave 4</i>	1999-2004	41	Não	-	-
<i>WVS Wave 5</i>	2005-2009	58	Sim	2006	1500
<i>WVS Wave 6</i>	2010-2014	60	Sim	2014	1486
<i>WVS Wave 7</i>	2017-2022	102	Sim	2018	1762

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

As ondas selecionadas para a presente análise foram as de 2006 (*WVS Wave 5*), 2014 (*WVS Wave 6*) e 2018 (*WVS Wave 7*). Essa seleção foi feita tanto por serem as três ondas mais recentes, como por se encaixarem na análise que está sendo pretendida, isto é, estabelecer uma relação entre o conservadorismo e a execução de políticas públicas para as mulheres. Na onda de nº 5, com a pesquisa realizada em 2006, está inserida no contexto do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2007), em que há uma guinada na política econômica brasileira, com um governo classificado como progressista com foco em políticas sociais, como o aumento real do salário mínimo, aumento do PIB e a expansão das políticas de focalização como o Bolsa Família.

Já na onda de nº 6, em 2014, há um recrudescimento do cenário macroeconômico brasileiro, após as Jornadas de Junho e a apropriação do levante popular por movimentos de direita e conservadores. Em 2018, ano da coleta de dados da onda nº 7, foi o ano da eleição em que Jair Bolsonaro foi vitorioso em um cenário político polarizado. O, então candidato, levantou explicitamente pautas e valores conservadores, em prol da pátria, da família e de Deus. Afora esse cenário, o Brasil esteve em crise econômica desde 2011/2012, em que se promoveram políticas de austeridade fiscal e desmonte das políticas sociais.

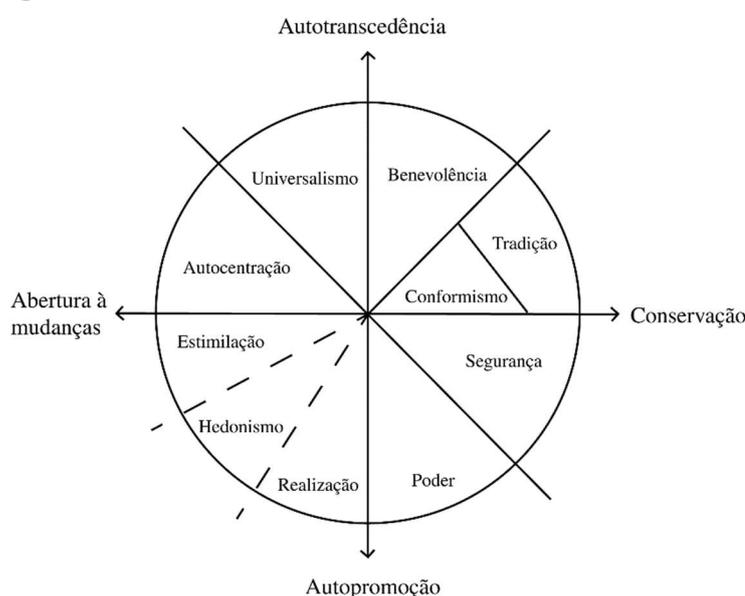
De modo que a compreensão dos valores que fundamentam as atitudes políticas torna-se essencial. Lopes e Castro (2023) realizaram um estudo utilizando os dados do WVS para identificar o perfil dos conservadores e dos progressistas brasileiros, com base na abordagem da Teoria dos Valores Humanos. Os autores utilizam-se de Schwartz (1992), que define “valores” como concepções cognitivas que sintetizam desejos e metas em constante transformação, servindo como orientações fundamentais para a vida das pessoas. Esses valores, que transcendem situações específicas e possuem ordem hierárquica, diferenciam-se das atitudes e são determinantes para o autoposicionamento político.

Diante desse panorama, o presente artigo utilizará três hipóteses para analisar o avanço do conservadorismo no Brasil no século XXI, o qual resultou na eleição de Jair Bolsonaro e no desmonte das políticas sociais, em especial aquelas para às mulheres: (i) a associação entre valores conservadores à direita política e valores de abertura a mudança à esquerda política; (ii) relação entre religião e neoconservadorismo; (iii) relação entre conservadorismo e machismo.

## 2.1 Valores sociais no espectro político

A primeira hipótese é baseada na Teoria dos Valores Humanos de Schwartz (1992), utilizada por Lopes e Castro (2023). A Teoria dos Valores Humanos apresenta dez valores básicos universais: poder, conquista (ou realização), hedonismo, encorajamento, autodireção (ou pensamento independente), universalismo, benevolência, tradição, conformidade e segurança. A Figura 1 apresenta a síntese desses valores e suas relações.

**Figura 1: Síntese da Teoria dos Valores Humanos**



Fonte: Lopes e Castro (2023).

Note que o conservadorismo se encontra na seta indicada para a direita e que o conformismo, tradição e segurança também são diretamente proporcionais. Em contraste temos a abertura a mudanças, em que valores como autocentração, estimulação e hedonismo provocam a independência de pensamento e sentimento.

Lopes e Castro (2023) utilizaram a base de dados da *WVS Wave 6* (2010-2014) para desenvolver quatro indicadores de valores — conservadorismo, abertura à mudança, autopromoção e autotranscendência — fundamentados na Teoria de Schwartz, com o objetivo de relacioná-los aos determinantes do autopoicionamento político. Como resultado, constatou que os indicadores de conservadorismo e abertura a mudança foram significativos para explicar as diferenças entre direita e esquerda.

Nesse sentido, vamos nos basear nas questões escolhidas por Lopes e Castro (2023) para analisar o avanço do conservadorismo e do progressismo (abertura a mudanças) no

Brasil. Essas questões são encontradas apenas nas ondas de 2006 e 2014 e estão listadas no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1: Questões do questionário do WVS Brasil que indicam valores conservadores e progressistas**

<b>Valores conservadores</b>	<b>Valores Progressistas</b>
V72. O importante para essa pessoa é viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso (Segurança).	V70. Ter novas ideias e ser criativo é o que conta para essa pessoa. Ela prefere fazer as coisas do seu jeito (Autodireção).
V79. A tradição é importante para essa pessoa; ela segue os costumes da religião ou da família (Tradição).	V76. Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos são parte fundamental da vida (Estimulação).
V77. Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado (Conformidade).	V73. Para essa pessoa é importante se divertir e fazer o que gosta (Hedonismo).

Fonte: Lopes e Castro (2023), elaboração própria.

Então, a primeira hipótese é que os indivíduos que se identificam muito com os valores conservadores aumentaram entre os anos de 2006 e 2014, refletindo no cenário político do último período, que repercutiu no golpe de Estado de 2016. A Tabela 2 apresenta os resultados das respostas do questionário para cada afirmação.

**Tabela 2: Proporção das pessoas que se identificam com valores conservadores no Brasil nos anos de 2006 e 2014 (%)**

	<b>Segurança</b>		<b>Tradição</b>		<b>Conformidade</b>	
	<b>2006</b>	<b>2014</b>	<b>2006</b>	<b>2014</b>	<b>2006</b>	<b>2014</b>
Me identifico muito	25,2	34,8	21,1	23,8	21,3	27,0
Me identifico	52,3	47,5	42,4	38,7	43,8	42,3
Me identifico mais ou menos	11,6	9,6	15,5	17,2	16,3	13,4
Me identifico um pouco	3,6	2,8	7,2	7,3	7,5	6,5
Não me identifico	4,8	3,6	9,9	9,8	8,8	7,6
Não me identifico nada	2,3	1,2	3,7	3,0	1,7	2,9
Não respondeu	0,2	0,1	-	0,2	0,5	0,1
Não sabe	0,1	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

A partir da Tabela 2 é possível perceber que a proporção das pessoas que se identificam com os três aspectos que resultam no conservadorismo aumentou. As pessoas que

se identificam muito com Segurança (“O importante para essa pessoa é viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso”) aumentou 9,6 p.p.; as pessoas que se identificam muito com Tradição (“A tradição é importante para essa pessoa; ela segue os costumes da religião ou da família”) aumentou 2,7 p.p.; e as pessoas que se identificam muito com Conformidade (“Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado”) aumentou 5,7 p.p..

Com isso, podemos inferir que houve um aumento da adesão aos valores conservadores no Brasil entre os anos de 2006 e 2014, o que pode ter contribuído para a consolidação de um cenário político e social mais polarizado no Brasil. Essa mudança nos valores pode ter contribuído para o realinhamento ideológico do período, como a apropriação do movimento pelo passe livre no transporte público por grupos da direita, por discursos de ódio contra a política tradicional e aos partidos políticos (Hoeveler e Cardoso, 2022).

A seguir será analisado outra dimensão desse fenômeno: ao mesmo tempo que houve aumento da adesão dos valores conservadores no Brasil, a aderência aos valores progressistas reduziu? A Tabela 3 vai mostrar os resultados das proporções das respostas para cada afirmação dos valores relacionados à abertura a mudanças.

**Tabela 3: Proporção das pessoas que se identificam com valores progressistas em 2006 e 2014 (%)**

	Autodireção		Estimulação		Hedonismo	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
Me identifico muito	20	18,6	4,5	5,0	17,0	19,6
Me identifico	38,1	38,4	9,9	13,7	40,3	39,2
Me identifico mais ou menos	21,8	21,3	9,8	12,8	17,5	18,3
Me identifico um pouco	6,8	7,1	9,7	11,0	7,8	8,0
Não me identifico	11,1	11,0	40,1	35,3	14,2	12,0
Não me identifico nada	1,7	2,5	25,5	21,9	3,1	2,4
Não respondeu	0,3	0,3	0,3	0,1	0,1	0,2
Não sabe	0,2	0,8	0,2	0,3	0,1	0,4

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

A partir da Tabela 3, percebe-se que a adesão aos valores progressistas varia dependendo da pergunta. As pessoas que se identificaram muito com a afirmação de Autodireção (“Ter novas ideias e ser criativo é o que conta para essa pessoa. Ela prefere fazer as coisas do seu jeito”) reduziu 1,4 p.p.; as pessoas que se identificaram muito com a Estimulação (“Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos

são parte fundamental da vida”) aumentou 0,5 p.p.; e com o Hendonismo (“Para essa pessoa é importante se divertir e fazer o que gosta”) aumentou 2,6 p.p..

Assim, percebe-se que a variação da adesão dos valores progressistas entre os dois anos foi bem pequena e não foi homogênea. Ainda é possível notar que a adesão máxima aos valores progressistas foi a identificação com a Autodireção, em 2006, com 20% da amostra afirmando que se identifica muito. Enquanto na Tabela 2, todos os valores possuem no mínimo 20% de adesão para todos os anos na categoria “me identifico muito”. Esse resultado demonstra como a sociedade brasileira em média é mais conservadora do que progressista.

Então, a partir da análise baseada no método de Lopes e Castro (2023), podemos concluir que a sociedade brasileira, que é caracterizada por ser conservadora, aumentou a adesão aos valores conservadores entre 2006 e 2014. Em paralelo a isso, tivemos em 2014 a disputa presidencial entre a reeleição de Dilma Rousseff e o candidato Aécio Neves, do PSDB. Em uma disputa acirrada do segundo turno, a ex-presidente venceu o pleito com 51,64% dos votos, entretanto a oposição imediatamente questionou os resultados das eleições, configurando uma atitude inédita desde a redemocratização brasileira.

A dúvida posta sobre o processo eleitoral teve repercussão midiática e adesão de grandes parcelas populares (Gomide et al., 2023). Dilma, apesar de não romper com o modelo neoliberal e com a política de conciliação de classes, ainda representava alguns valores progressistas, com falas que atacavam a ditadura civil-militar, promoviam os direitos das mulheres e ainda desejava o aumento dos investimentos em ciência e educação. Tais posicionamentos ameaçam os valores conservadores que mantem uma elite masculina, branca, cisgênero e heterossexual com seus privilégios.

Na Tabela 4, apresentam-se as respostas à pergunta sobre o nível de identificação dos entrevistados em relação à direita ou à esquerda política no Brasil. A maior parte dos respondentes se posiciona ao centro ou não sabe como se posicionar. Já os que se posicionam mais à esquerda somam 22,7%, 22,8% e 17,1%, respectivamente, nos períodos analisados. Por outro lado, os que se posicionam mais à direita representam 34,9%, 28,6% e 22,6%.

Logo, apesar da polarização política que caracterizou o período, observou-se uma resistência significativa em se posicionar de forma definitiva nos polos políticos. Muitos indivíduos demonstraram uma tendência a se situar em posições mais centristas ou, até mesmo, a se abster de se identificar com qualquer uma das extremidades do espectro político, o que reflete uma complexidade nas relações políticas.

**Tabela 4: Proporção das pessoas que se identificam com direita e esquerda, em 2006, 2014 e 2018 (%)**

<b>Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala?</b>			
	<b>2006</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Esquerda	8,0	12,4	9,4
2	3,0	2,3	1,6
3	6,2	4,4	2,2
4	5,5	3,7	3,9
5	34,1	29,3	24,6
6	9,8	6,7	4,9
7	6,9	2,9	3,2
8	7,0	4,6	2,8
9	3,0	1,8	1,1
Direita	8,2	12,6	10,6
Não respondeu	2,6	3,2	5,9
Não sabe	5,7	16,2	30,0

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

## **2.2 Religião e conservadorismo**

A seguir, a segunda hipótese que vamos analisar sobre o avanço do conservadorismo no Brasil é baseado em Biroli (2024), em que a autora traça uma relação entre religião e o neoconservadorismo (conceito que integra a onda ultraconservadora com a neoliberal). A religião configura a experiência das pessoas de várias formas. No contexto neoliberal de sucateamento das políticas sociais, a religião pode ocupar o espaço de atenção e cuidado que antes era ocupado pelo Estado. Nesse sentido, as religiões organizadas e serviços religiosos funcionam como espaços onde narrativas políticas são vivenciadas coletivamente, com lideranças que medeiam a relação entre as elites e a população e contribuem para a construção de significados frente aos desafios da vida (Mayka e Smith, 2021).

Contudo, não é a religiosidade em si que tem relevância, estatisticamente, para posicionamentos mais conservadores sobre gênero e sexualidade, mas a frequência em que se participa de serviços religiosos. Estudos indicam que em países onde a parcela evangélica cresce mais rapidamente, com altas taxas de frequência aos cultos e um aumento lento na proporção de pessoas que afirmam não pertencer a nenhuma instituição religiosa — como é o caso do Brasil —, prevalecem opiniões mais conservadoras, inclusive entre as mulheres. Em contrapartida, em países onde tanto a fatia evangélica quanto a não-religiosa aumentam de

forma equilibrada e a frequência aos cultos é, em média, menor — como na Argentina —, as opiniões tendem a ser menos conservadoras.

A vinculação da religiosidade com posicionamento político não é consensual. É extremamente difícil metrificar os valores de cada religião, sendo que no Brasil há uma heterogeneidade rica, numa sociedade que foi formada no sincretismo religioso. Todavia, é um fato que a religião e a política se misturam no Brasil em toda sua história após a colonização. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, temos um crucifixo pendurado na parede e a cada eleição vemos a presença do fortalecimento de uma bancada evangélica no parlamento (Mariano, 2022).

Não é sem sentido que o primeiro PNPM tinha como orientações a laicidade do Estado, pois a moral cristã conservadora ameaça os direitos das mulheres, principalmente os sexuais e reprodutivos. Não coincidentemente, o governo de Jair Bolsonaro que possuía o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), dirigido por Damara Alves, que representava os valores e interesses conservadores cristãos, tanto pelos evangélicos quanto para o catolicismo integralista, foi o que mais atacou as políticas públicas para as mulheres e as políticas sociais no geral (Kalil, 2020).

**Tabela 5: Proporção dos grupos religiosos no Brasil nos anos de 2006, 2014 e 2018 (%)**

	<b>2006</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Sem resposta	0,4	0,3	1,4
Nenhuma	12,4	15,0	17
Budista	0,2	0,2	0,1
Evangélica	20,3	22,4	21,9
Judeu	0,1	0,1	0,1
Ortodoxo	0,4	0,1	-
Outra	1,6	1,3	1,8
Matriz africana	0,2	0,5	1,7
Protestante	2,0	3,6	6,3
Católico romano	60,3	52,8	46,1
Espírita	2,1	3,5	2,9

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

Na impossibilidade, neste trabalho, de debatermos a natureza dos valores religiosos, nos basearemos na hipótese de que o aumento da adesão à religião evangélica e protestante (Alencar, 2020) pode ter contribuído para o aumento do conservadorismo no Brasil e para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Como podemos ver na Tabela 5, somando as parcelas de evangélicos e protestantes, passa de 22,3% da amostra, em 2006, para 28,2%, em 2018, um

aumento de 5,9 p.p. Enquanto a maior redução se deu na parcela de católicos (redução de 14,2 p.p.) e o houve aumento das pessoas que afirmam não ter religião (aumento de 4,6 p.p.).

Entretanto, segundo Birolli (2024), é também relevante a frequência nas atividades religiosas. Logo, a Tabela 6 apresenta a frequência com que brasileiros comparecem em atividades religiosas a cada ano.

**Tabela 6: Proporção da frequência nas atividades religiosas, sem contar com casamentos e funerais, nos anos de 2006, 2014 e 2018 no Brasil (%)**

	<b>2006</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Mais de uma vez na semana	21,8	22,6	21,2
Uma vez por semana	25,9	27,3	24,7
Uma vez ao mês	17,2	15,1	13,6
Apenas em datas comemorativas	3,7	4,3	3,7
Uma vez no ano	3,4	3,3	5,1
Menos frequente	-	18,9	21,7
Nunca	21,9	7,8	9,0
Sem resposta	5,7	0,2	0,7

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

A partir dos resultados da Tabela 6 é possível perceber que a frequência de mais uma vez na semana no Brasil entre 2006 e 2018 não variou muito, permanecendo entre 21% e 22% da amostra. O mesmo vale para a frequência de uma vez por semana. Então, por mais que tenha ocorrido um aumento do crescimento dos evangélicos e protestantes, não houve uma variação grande na frequência nos cultos, contestando assim a hipótese de Birolli (2024).

### ***2.3 Conservadorismo e machismo estrutural***

Por fim, aproveitando-se da análise exploratória das diversas questões contidas no WVS, selecionamos questões que indicam visões machistas, que representam a subordinação das mulheres na sociedade. A primeira questão, apresentada na Tabela 7, aborda a afirmação que diz que “Ser dona de casa traz tanta realização quanto trabalhar fora e ganhar salário”. Essa questão é particularmente relevante, pois evidencia como o trabalho do cuidado – tradicionalmente atribuído às mulheres – é culturalmente desvalorizado em comparação com o trabalho remunerado. De acordo com a Teoria da Reprodução Social (Pérvier, 2023), as responsabilidades relacionadas ao cuidado do lar, à família e à manutenção da classe trabalhadora, que são essenciais para a reprodução ampliada de capital, recaem

predominantemente sobre as mulheres, e essa divisão do trabalho resulta em uma menor valorização social do trabalho doméstico.

Já a segunda pergunta contida na Tabela 7 versa sobre a questão de que “Fazer faculdade é mais importante para os homens do que para as mulheres”, que também tem a possibilidade de demonstrar a visão subordinada das mulheres perante aos homens, uma vez que não é necessária a qualificação educacional para a execução de atividades da reprodução social.

**Tabela 7: Proporção da opinião das pessoas sobre afirmações de desigualdade de gênero no Brasil nos anos 2006, 2014 e 2018 (%)**

	Ser dona de casa traz tanta realização quanto trabalhar fora e ganhar salário			Fazer faculdade é mais importante para os homens do que para as mulheres		
	2006	2014	2018	2006	2014	2018
Concorda fortemente	11	9,3	10,8	1,9	2,0	2,4
Concorda	39,3	35,1	35,4	9,9	7,4	7,1
Discorda	39,9	41,4	38,2	60,7	58,7	60,4
Discorda fortemente	7,7	11,0	8,6	27,1	30,7	28,5
Não respondeu	1,4	0,1	6,4	0,3	0,3	1,5
Não sabe	0,7	3,1	0,7	0,2	1,1	0,1

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

Os dados da Tabela 7 demonstram que as opiniões sobre a primeira afirmação permanecem praticamente polarizadas em todos os anos, com cerca de 50% dos respondentes manifestando concordância – em diferentes graus – e os outros 50% expressando discordância. Esse resultado mostra que a ideia de que o trabalho doméstico é menos gratificante persiste ao longo do tempo, refletindo a continuidade de normas culturais e valores machistas que, mesmo diante de alguns avanços na igualdade de gênero, continuam a desvalorizar o papel das mulheres no campo do cuidado.

Em seguida apresentamos a afirmação “Fazer faculdade é mais importante para os homens do que para as mulheres” que evidencia como a educação, historicamente considerada uma atividade predominantemente masculina, passou por transformações significativas ao longo do tempo. Atualmente, as mulheres possuem níveis educacionais superiores aos dos homens e representam a maioria no ensino superior (Pereira et al, 2021). De acordo com os dados da Tabela 7, a maioria da amostra discorda da afirmação,

evidenciando que o tabu em relação à educação feminina está, em grande medida, sendo superado no Brasil.

Já na Tabela 8 apresentamos outras duas afirmações: “De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres” e “De modo geral, os homens fazem negócios melhor do que as mulheres”. As duas afirmações indicam que os homens estariam mais habilitados a ocupar cargos de decisão, como a política e os negócios, do que as mulheres.

É fato que no Brasil a presença das mulheres na política institucional é desigual quando comparada com os homens. Em 2014, 11% dos deputados eleitos para a Câmara dos Deputados eram mulheres, em 2018 houve um leve aumento para 15%. Considerando que as mulheres representam 52% da população brasileira, essa é uma subrepresentação do grupo. Se consideramos a interseccionalidade de gênero e raça esses números diminuem ainda mais.

Pela Tabela 8, percebe-se que a maioria da amostra, mais de 60% em todos os anos, discorda em algum grau com as duas afirmações. Tal resultado demonstra que a maior parte dos brasileiros confiaria no trabalho de uma mulher em cargo de liderança, mas ao mesmo tempo elas não possuem iguais oportunidades para ocupar o cargo o que resulta na subrepresentação. Uma vez que um cargo de liderança exige uma dedicação superior, é mais difícil conciliar com os demais cuidados domésticos, na dupla jornada das mulheres.

**Tabela 8: Proporção da opinião das pessoas sobre afirmações de desigualdade de gênero no Brasil nos anos 2006, 2014 e 2018 (%)**

	De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.			De modo geral, os homens fazem negócios melhor do que as mulheres.		
	2006	2014	2018	2006	2014	2018
Concorda fortemente	5,8	6,7	3,4	4,9	5,4	3,9
Concorda	25,6	21,7	14,0	25,0	23,2	17,7
Discorda	53,0	50,8	56,5	51,2	49,0	54,4
Discorda fortemente	14,6	17,0	19,9	18,2	20,2	21,8
Não respondeu	0,5	0,3	5,4	0,5	0,2	2,0
Não sabe	0,5	3,6	0,8	0,3	1,9	0,2

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

E ainda que 60%, concorde em algum grau, que as mulheres tem a mesma capacidade para liderar e para negociar, isso não se reflete na prática, ao eleger mulheres para cargos executivos e legislativos. No Brasil, através da distribuição do Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, que aportam dinheiro em campanhas eleitorais, há o incentivo à participação de

mulheres e pessoas negras nas chapas. Especificamente na resolução nº 23.607/2019 (TSE, 2019), exige-se que haja uma participação mínima de 30% de mulheres na chapa para que o partido possa ter acesso ao financiamento. Então há um aumento no número de candidatas mulheres que não se traduz na sua eleição.

Tabela 9 apresenta a opinião da amostra para dois temas que são polêmicos na sociedade conservadora brasileira: homossexualidade e aborto; sendo que a pessoa deveria responder se acha justificável ou não. Segundo De Paiva et al (2021) as políticas públicas para os LGBTQIAPN+, que representa a diversidade de orientações sexuais e identidade de gênero, no Brasil entre os anos de 2000 e 2020 não avançaram significativamente. O cenário é o de que falta leis que resguardem os direitos dessa população; falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; e falta de representação política. Além disso, assim como os direitos das mulheres, a presença e avanço do conservadorismo, especificamente aquele protagonizado por segmentos religiosos, é um empecilho para o avanço dessas políticas

O movimento Escola Sem Partido e a proibição do ensino de educação sexual nas escolas – que ficou taxado como ideologia de gênero – têm como objetivo minar as conquistas do movimento LGBTQIAPN+ e dos grupos feministas, que conseguiram incorporar a diversidade nas diretrizes educacionais. O governo Bolsonaro aderiu fortemente a essas iniciativas, tanto durante sua campanha eleitoral quanto em sua execução (Hoeveler e Cardoso, 2022).

Além disso, os dados apresentados na

Tabela 9 evidenciam que, no que diz respeito à homossexualidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Em 2018, 29,2% da amostra considerou que a homossexualidade não é justificável, demonstrando a persistência de visões discriminatórias e a necessidade de avançar na promoção do respeito e da inclusão da diversidade nas escolas e na sociedade.

O tema do aborto é altamente controverso e ilustra de forma clara as tensões entre a ampliação dos direitos reprodutivos e a manutenção de valores conservadores. Embora em alguns países da América Latina – como a Argentina – tenham ocorrido avanços legislativos que ampliaram o direito ao aborto, no Brasil, desde 2018, observa-se um retrocesso nesse campo. Foram criados projetos de lei que buscam reduzir o período legal para o aborto em casos de estupro e equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro (Câmara dos Deputados, 2025). Dados recentes indicam que, em 2018, uma parcela maior da população

passou a considerar o aborto injustificável em comparação a 2014, sinalizando um aumento do conservadorismo no país.

**Tabela 9: Proporção das pessoas que acham a homossexualidade e o aborto justificáveis, em 2006, 2014 e 2018 (%)**

	Homossexualidade			Aborto		
	2006	2014	2018	2006	2014	2018
Nunca foi justificável	30,7	34,3	29,2	62,3	69,9	64,1
2	6,4	3,4	1,6	6,9	4,6	2,7
3	5,7	2,4	2,3	6,3	2,5	2,7
4	4,7	3,0	2,7	3,3	2,0	2,9
5	23,3	19,6	16,4	10,2	8,7	11,4
6	4,5	5,6	4,6	1,4	2,7	2,1
7	3,9	3,6	3,5	2,1	2,3	2,3
8	5,4	3,5	4,3	2,2	1,2	2,1
9	2,4	3,2	2,1	0,7	1,0	0,3
Sempre justificável	9,3	16,0	18,7	3,4	4,0	4,7
Não Respondeu	2,7	1,3	10,7	1,2	0,5	3,6
Não sabe	0,8	4,2	3,9	0,1	0,7	1,1

Fonte: WVS (2020); elaboração própria.

### Considerações finais

Por meio da análise exploratória da base de dados do WVS, perseguiu-se nesse artigo apontar para a relação entre o avanço conservador e o recrudescimento das políticas sociais voltadas às mulheres. Através da análise de três hipóteses, traçamos alguns caminhos que permitem investigar essa problemática de pesquisa.

A primeira hipótese, levantada por Lopes e Castro (2023), aponta para a relação entre valores conservadores e a identificação com a direita política. Na análise dos dados brasileiros, foi possível identificar um aumento da aderência aos valores conservadores entre 2006 e 2014, acompanhado por um crescimento da identificação com a direita política. A segunda hipótese, trazida por Biroli (2024), examina a relação entre religião e conservadorismo, no Brasil. Embora tenha ocorrido um aumento de pessoas que se declaram evangélicas ou protestantes, não foi observado um aumento significativo na frequência de cultos religiosos, embora essa frequência já estivesse em patamares elevados. Para chegar a conclusões definitivas, é necessário realizar uma comparação com outros países, a fim de estabelecer padrões ou diferenças significativas nesse contexto.

Por último, selecionamos questões representativas de um discurso de submissão das mulheres na sociedade brasileira, como a participação no mercado de força de trabalho, aborto e orientação sexual. Observou-se um aumento de contestações, com o ápice das observações em 2014, apontando para o que pode ser um ponto de virada do conservadorismo no Brasil.

Em suma, percebe-se que o cenário político e social conservador que levou a eleição de Jair Bolsonaro e o desmonte das polícias sociais, em especial àquelas para as mulheres, foi embasado no avanço da adesão de movimentos conservadores a partir de 2014. Além disso, a intersecção entre religião e política, principalmente aquelas de moral cristão conservadora, o neoconservadorismo que ganhou visibilidade em 2018, foi estruturado no aumento das igrejas evangélicas e protestantes no país desde 2004.

O crescimento do conservadorismo, é um obstáculo para o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres, ainda mais políticas que visam transformar a vida das trabalhadoras brasileiras. Não são apenas políticas que promova segurança contra violência doméstica, ou facilite a inserção no mercado de trabalho que vão mudar a estrutura patriarcal, mas sim aquelas que permitem o acesso universal à creche e escolas com infraestrutura digna; um mercado de trabalho igualitário, justo, com jornada reduzida para todos, que responsabilize o homem pelo cuidado (licença parental) e acolha as demandas da diversidade de mulheres; um sistema que permita acesso facilitado a teto e terra, com saneamento básico, água e energia; a promoção de áreas de lazer comunitários com acessibilidade para mães, pessoas com deficiências, pessoas atípicas e segurança para poder desfrutar-se; e muitas outras políticas que nenhum governo até hoje teve coragem de propor, pois atingiria o patriarcado, que é dos pilares de sustentação do capitalismo mundial.

## Referências

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião & Sociedade**, v. 39, p. 173-196, 2020.

BIROLI, Flávia. Conflitos em torno do gênero, conservadorismo antidemocrático e suporte popular. **Religião, democracia e a extrema direita**, v. 1, p. 21-79, 2024.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; Vaggione, Juan. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 135/2024. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2024. 203 p. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20135.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20135.pdf). Acesso em: 24/03/2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/arquivo1planonacionaldepoliticaspараasmulheres.pdf>. Acesso em: 24/03/2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/arquivo2IIPNPM.pdf>. Acesso em: 24/03/2025.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Novos projetos de lei sobre aborto visam tornar legislação mais rígida. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1085816-NOVOS-PROJETOS-DE-LEI-SOBRE-ABORTO-VISAM-TORNAR-LEGISLACAO-MAIS-RIGIDA>. Acesso em: 24/03/2025.

CONNELL, Robert William. **Masculinities**. London: Routledge, 2020.

DE PAIVA, Carla. et al. O Sistema Único de Saúde e seus desafios na implementação da atenção à saúde sexual e reprodutiva para a população LGBTQIA+ no Brasil: Protocolo de revisão de escopo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, 2021.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para discussão**, v. 308, p. 1-20, 2017.

GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria Antonieta (orgs.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: Insitituto Econômico de Economia Aplicada, 2023. p. 13-42.

HOVELER, Rejane Carolina; CARDOSO, João Victor. Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana. **Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 34-52, 2022.

KALIL, Isabela. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. **Derechos en riesgo en América Latina**, v. 11, p. 35-53, 2020.

LOPES, Thiago; CASTRO, Miguel. Perfil dos conservadores e dos progressistas brasileiros: uma abordagem baseada na teoria dos valores humanos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, n. 11, 2023.

MARIANO, Ricardo. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2022. p. 219-236.

MAYKA, Lindsay; SMITH, Amy. The grassroots right in Latin America: patterns, causes, and consequences. **Latin American Politics and Society**, v. 63, n. 1, 2021.

PACHECO, Eriane Martins; DIAS, Miriam Thais Guterres. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 263-283, 2023.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. Mulher, escolarização e tendências em curso. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 3, p. 306-323, 2021.

PÉRIVIER, Hélène. **A economia feminista: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

SCHWARTZ, S.H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 25, p. 1-65, 1992.

WALBY, Sylvia. Theorising patriarchy. **Sociology**, v. 23, n. 2, p. 213-234, 1989.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John (org.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WVS. World Values Survey. Inglehart, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2020. **World Values Survey: Wave 7. Country-Pooled Datafile Version.** Madrid: JD Systems Institute. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>. Acesso em: 24/03/2025.